



Dossiê
Volume 10 - Número 23
Visões sobre ROGER BASTIDE: Religião, Sociedade e Conhecimento

doi: [10.25247/paralellus.2019.v10n23.p041-049](https://doi.org/10.25247/paralellus.2019.v10n23.p041-049)

POLÍTICA E RELIGIÃO NA CONTEMPORANEIDADE À LUZ DO PENSAMENTO DE ROGER BASTIDE

POLITICS AND RELIGION IN THE CONTEMPORANEITY IN THE LIGHT OF
THE THOUGHT OF ROGER BASTIDE

*Zuleica Dantas Pereira Campos**

RESUMO

Pretendo aqui discutir política e religião no contexto atual do processo eleitoral brasileiro que aponta para um cenário em que essas questões se misturam e se interpenetram em discussões acirradas e, muitas vezes, violentas. Tomo como referência, o pensamento de Roger Bastide acerca do sagrado selvagem. Meu lugar de fala é de quem estuda o fenômeno religioso sob o olhar etnográfico da Antropologia e argumento que o diálogo passa a ser um conceito central na reflexão contemporânea.

Palavras-chave: religião; pluralismo; diálogo; sagrado selvagem

ABSTRACT

I intend here to discuss politics and religion in the current context of the Brazilian electoral process that points to a scenario in which these issues are intertwined and interpenetrate in fierce and often violent discussions. I take as reference, Roger Bastide's thought about the wild sacred. My place of speech is one who studies the religious phenomenon under the

* Estágio Pós-doutoral em Ciências da Religião, pela Universidade Metodista de São Paulo (2010). Doutora em História (UFPE, 2001). Mestra em Antropologia (UFPE, 1994). Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura, UFPE 1990). Atualmente é professora Titular da Universidade Católica de Pernambuco, atuando no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (Cursos de Mestrado e Doutorado), como coordenadora e no Curso de Licenciatura em História. E-mail: zuleica.campos@unicap.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2533900166385959>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4149-1833>.



ethnographic view of Anthropology and argues that dialogue becomes a central concept in contemporary reflection.

Keywords: religion; pluralism; dialogue; sacred wild

INTRODUÇÃO

Discutir política e religião às vésperas do processo eleitoral brasileiro, em que religião, política, moralidade, família, entre outras questões nevrálgicas, são palavras que se misturam e se interpenetram em discussões acirradas e, muitas vezes, violentas; não é uma tarefa fácil. Os ânimos estão acirrados. Confesso meu nervosismo. Mas também declaro que o faço de livre escolha. Vamos em frente.

É importante que eu delimite aqui o meu lugar de fala. Valorizar um lugar de fala nasce da ideia de que os atores sociais devem falar por si mesmos, e de que há diferentes efeitos de verdade a depender de quem fala. Como vocês já devem ter percebido, sou mulher, mas também sou antropóloga. Assim, meu lugar de fala aqui, na perspectiva interdisciplinar das Ciências da Religião é de quem estuda o fenômeno religioso sob o olhar etnográfico, ou como bem disse Derrida (1971), é o olhar resultado da tentativa de descentramento ocorrido no interior da visão de mundo ocidental, após a era clássica. Assim, minha relação é de alteridade na perspectiva antropológica.

O projeto de modernidade foi pautado em uma sociedade, cultura e estilo de vida construídos no Ocidente, a partir da Renascença. A racionalidade moderna trouxe consigo o desenvolvimento da ciência e da técnica como ferramentas imprescindíveis para o progresso humano na história. Apesar da sua pretensão em dirimir quaisquer tipos de crenças, que não tivessem seu devido fundamento no método científico, o que estamos observando é que esse ideal está longe de ser alcançado.

Há quem diga que uma das mais importantes conquistas democráticas advindas com o projeto da modernidade foi a separação entre a política e a religião. Os Estados Modernos se basearam na premissa de que todos devemos ser iguais diante das leis, sem influência de nossas opções individuais, religiosas, sexuais, de diferenças étnicas, etc. Porém, apenas uma visão ingênua contestaria o modo em que a religião e a política se misturam. A questão não é essa. Penso que a pluralidade e a convivência entre grupos sempre serão ameaçadas, se algum grupo se considerar ou

se afirmar como guardião de uma verdade suprema ou divina, seja religiosa ou política. Assim, o problema, penso, não está na mistura, o problema está na pureza.

RELIGIÃO, POLÍTICA E SELVAGERIA

Na contemporaneidade, o contexto religioso mundial, configura-se a partir de conflitos espalhados de forma global. As lutas atuais não surgem sem história ou deslocadas de uma trajetória anterior. Como afirma Gabatz,

Não existem culturas “completas” em todos os seus aspectos. As culturas cristã, judaica, islâmica, hindu, africana ou indígena, por exemplo, sempre serão realçadas por particularidades históricas, permeadas por princípios culturais e sublinhadas por vivências e adesões de caráter pessoal (GABATZ, 2015, p.232).

No entanto, é preciso ter em mente que a solidificação de um campo religioso múltiplo e democrático, e seu reconhecimento e respeito pelos diversos grupos que o compõem, não se constitui de um dia para outro. As lutas religiosas, por maior legitimidade e poder, por parte de algumas religiões, ou setores dela, intensificam os conflitos e as intolerâncias.

O cenário religioso mundial, hodiernamente, caracteriza-se a partir de desavenças disseminadas de forma global. Como informa Aragão,

a China e a Coreia do Norte perseguem ideologicamente (e a ideologia aí assume ares de substitutivo religioso) os grupos espirituais tradicionais. O Irã e a Arábia Saudita apadrinham a versão de uma religião e perseguem muçulmanos dissidentes, cristãos e baha'ístas. O Paquistão condena à morte quem os extremistas denunciam por blasfêmia, normalmente xiitas, cristãos, hindus e ahmadis. Na Síria e Iraque o grupo Estado Islâmico desencadeou ondas de terror contra yazidis, cristãos e xiitas, bem como contra os gays e as mulheres. Budistas radicais na Birmânia agridem os muçulmanos rohingya. Na República Centro-Africana, milícias cristãs destruíram quase todas as mesquitas do país. Na Nigéria, o Boko Haram continua a atacar cristãos e inúmeros muçulmanos que se opõem ao grupo. Judeus e muçulmanos não se entendem na Palestina, apesar das mesmas raízes espirituais. O extremismo político/religioso também aterroriza Europa e EUA – e não são apenas os ditos muçulmanos antiocidentais: grupos que se proclamam cristãos matam médicos que defendem os direitos reprodutivos (ARAGÃO, 2016b, p.3).

No Brasil, as manifestações dos índios, dos Sem Terra, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, das pessoas portadoras de deficiência física, entre outros, exemplificam muito bem a diversidade da luta política emancipatória.

Um dos pontos críticos das tensões entre religião e política são os movimentos messiânicos¹. Eles se constituem uma ameaça à convivência dentro de um Estado plural, principalmente quando se converte em ódio e ultrapassa as fronteiras da legalidade. Nessas ocasiões, ressurgem os velhos demônios que estão disponíveis para queimar todos os que são diferentes e vulneráveis, diante da insensatez dos que, em nome de uma moral, querem pôr fim à convivência entre pessoas com hábitos, práticas, crenças e visões de mundo diversas. Posso citá-los: mulheres; homossexuais; negros; mendigos, sem-terra, entre tantos outros que fujam dos padrões morais, sexuais ou profiláticos daquilo que instituem como sociedade.

Como bem nos lembra Antônio Golvêa Mendonça,

Na religião, seus profetas podem criar novas formas ou alterar as já existentes, e, na política, o efeito pode ser o surgimento de tiranias ou populismos. No primeiro caso, os profetas logo se transformam em sacerdotes, e, no segundo, os tiranos e populistas podem se converter em heróis destinados a finais melancólicos ou, às vezes, trágicos (MENDONÇA, 2007, p.24).

Para Aragão (2016), no Brasil, em regiões onde o Estado não consegue adentrar, as lideranças religiosas tendem a eliminar as religiões concorrentes através da força. Nosso multiculturalismo produz ambiente para o ressurgimento de tradições místicas e de concorrência entre grupos que oferecem suas práticas religiosas à população.

Por outro lado, encontramos também as manifestações dos índios, dos Sem Terra, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, das pessoas portadoras de deficiência física, entre outros, que exemplificam muito bem a diversidade da luta política emancipatória. São batalhas travadas de forma transversal.

É importante levarmos em consideração que essas reivindicações não acontecem especificamente no Brasil. Elas estão presentes em todos os lugares. Como país pluriétnico, multicultural, de formação oligárquica e patriarcal, o Brasil se configura

¹ Crença na vinda - ou no retorno - de um enviado divino libertador, um messias com poderes e atribuições que aplicará ao cumprimento da causa de um povo ou um grupo oprimido.

com uma pluralidade enorme de demandas relacionadas à classe social, gênero, sexualidade, etnia, religião, e demais conjuntos. Assim, nos encontramos emaranhados - de forma múltipla e simultânea - em várias dessas categorias e identidades.

O lugar da religião na vida do brasileiro hoje parece ser mais significativo que antes. As identidades religiosas são construídas e mobilizadas cuidadosamente em projetos de ação social múltiplos. Elas buscam por direitos e realizações políticas baseados na identificação religiosa.

No começo do século XX, ser brasileiro e ser católico parecia natural. Nas décadas finais do século, a pobreza, o desemprego e a violência ganharam visibilidade e as políticas compensatórias entraram na pauta pública. Nesse contexto, e por meio do voto, os evangélicos chegaram ao mundo da política. A chamada “bancada evangélica” se destacou principalmente na guerra contra direitos LGBTs, e contra a descriminalização do aborto, como também em defesa de suas igrejas.

Questionar um projeto de dominação político-cultural e religioso, organizado por lideranças evangélicas e católicas é fundamental na atual conjuntura. Para Aragão,

Contra eles devemos invocar a laicidade: o Estado brasileiro é laico e pluralista, acolhe todas as religiões sem aderir a nenhuma. Não é lícito que uma religião imponha à nação seus pontos de vista e não podemos deixar os espaços públicos republicanos ser ostensivamente ocupados e controlados por quaisquer comunitarismos ou igrejas. Uma autoridade pode ter convicções religiosas, mas não é por elas, mas pelas leis e pelo espírito democrático que deve governar, sendo necessário traduzir as motivações religiosas pessoais em argumentos racionais para o debate público numa democracia moderna (ARAGÃO, 2016b, p.04)

O autor ainda diz, em sua análise, que no Ocidente se endeusou a razão científica produtivista e se desprezou o fator religioso, simbólico e imaginário. Então, o sagrado reaparece assim, desse jeito selvagem e conflituoso.

Assim, as mutações pelas quais passa o fenômeno religioso e político no Brasil apresentam um cenário extremamente complexo e exigem a superação das perspectivas interpretativas antagônicas que separam os estudos de religião e política.

Bastide (2006), nos faz refletir acerca desse sagrado que vemos surgir na nossa sociedade. É um sagrado selvagem. Situa-se no domínio do imaginário, não no da memória. No momento, nossa sociedade está tratando de desagregar o sagrado domesticado (das grandes instituições religiosas), para fazer jorrar o sagrado selvagem com toda sua fúria.

Os católicos sonham com o reinado do espírito santo; os protestantes, com o pentecostalismo; trocam a religião do livro pela inspiração divina. O sagrado selvagem irrompe do furor de todos esses sagrados revoltados. Esses sagrados revoltados vão se constituir em projetos políticos, em programas de transformação da sociedade. Para Bastide, devemos analisar esse sagrado selvagem tal como se manifesta na contemporaneidade.

Dessa forma, o diálogo passa a ser um conceito central na reflexão contemporânea. A multiplicidade cultural e religiosa, no Brasil, propiciou uma visão híbrida, escorregadia, difusa, entre religião e Estado.

Para Bastide, na religião e na política existe um vivido congelado, que consiste na palavra, no discurso. Na religião, o vivido congelado são as doutrinas, os dogmas, as confissões de fé que apareceram para resolver os grandes conflitos históricos e sociais que, uma vez superados, permanecem latentes e inoperantes em novas situações. Na política, o vivido congelado se constitui em discursos operantes no passado; mas que, reproduzidos no presente não têm sentido algum. Assim, a esperança retroage ao passado e deixa sempre em aberto o futuro. Na religião, abandona o presente em favor de um apocalipse renovador e, na política, acontece algo similar. Como dizem os políticos, prometem um futuro próximo transformado, mas com conceitos antigos. Prometem o que já deviam ter feito (MENDONÇA, 2007).

Segundo o autor,

o discurso sobre o sagrado congelado ou dominado surgiu das grandes revoluções da história como a Reforma do Século 16 ou a Revolução Francesa, quando, em plena força selvagem, provocaram mudanças duradouras como utopias parcialmente realizadas. Contudo, a história mostra-nos que poucas utopias chegam à sua quase plenitude (MENDONÇA, 2007, p.24).

Não é o que estamos contemplando no cenário político e religioso brasileiro. Nosso Estado é ambíguo. Mas lembremos que as sociedades ocidentais se erigiram sobre os escombros da religião. De uma maneira ou de outra, todas elas são ambíguas.

E para tratar a ambiguidade do Estado Brasileiro e sua relação com a religião, é importante frisar: o que está escrito na legislação não implica necessariamente a sua interpretação e ação em face aos impasses, e impede uma clareza na regulação das relações entre os diferentes credos religiosos.

Aqui a “selvageria” do sagrado, que é sempre limitada ao tempo, ou seja, o tempo do sagrado aprisionado a modelos referendados pelos seus políticos ou sacerdotes religiosos. O sacerdote se constitui - diferente do profeta - a plenitude do sagrado dominado, porque o interpreta pelas convenções. O sagrado selvagem representa a desordem, o não estabelecido, uma vez que ameaça e desloca sistemas de poder religioso ou político. Assim, é combatido ou assimilado pelos sacerdotes que o limitam ao sistema de poder vigente na instituição religiosa. Quando não obtêm sucesso, as instituições expõem os profetas e seus seguidores. No âmbito da política, os profetas, quando assumem o poder, logo se transformam em sacerdotes de um sagrado dominado e opressor ou simplesmente assumem o *status quo*. Em outras palavras, a ordem provém do sagrado dominado, e a desordem é incitada pelo sagrado selvagem.

Penso que, nessas misturas de visão de mundo e de lógicas religiosas, o convite ao diálogo seria a estratégia motivadora. As religiões, de uma forma geral, falam e trabalham contra o sofrimento humano, seja físico ou espiritual, a busca da felicidade, da paz, é uma constante entre os credos. Podemos pensar também nas grandes causas ecológicas voltadas para a preservação do Planeta. Há caminhos que podem ser considerados comuns nas diferentes tradições religiosas.

Creio também que essa comunicação dialógica deve ser estabelecida no espaço público, obrigando o Estado a reconhecer as suas pluralidades e diferenças. Estratégias políticas devem ser forjadas e adotadas de forma clara e democrática para governar e administrar os problemas que surgem com os contatos das diversidades e multiplicidades geradas no convívio em sociedade.

É preciso criar formas alternativas de pensar, de se relacionar, talvez de mergulharmos na reflexão de Bastide (2006), de domesticar a selvageria do sagrado.

É preciso aprender a questionar e ser questionado. Não há modelos de negociação padrão. Buscar conhecimento sobre como negociar, quais são as estratégias importantes e necessárias. A possibilidade de diálogo da experiência religiosa entre diferentes tradições requer vontade de se empenhar em conjunto.

Podemos relacionar esse pensamento com o conceito de fronteira, do antropológico Homi Bhabha (2003), cuja compreensão da complementariedade de modo que “se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)?” (p. 20). Ou seja, de que modo podemos pensar questões de identidade em um local e tempo contemporâneos, cuja característica é a não- fixidez, o movimento, a fluidez do que antes era tido como estático?

No processo de construção da identidade cultural forjada em um “entre - lugar” cultural, há uma ambiência de encontro, de fusão de horizontes de compreensões existenciais, de afirmações, trocas simbólicas, negociações; e, posteriormente, por meio dessa relação em que as culturas se amalgamam, firmar-se-á o reconhecimento da nova identidade.

Os termos do embate cultural, seja através do antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformações históricas (BHABHA, 2003, p.21).

O processo de construção da identidade é forjado culturalmente, é um jogo de forças, cuja resultante sempre será uma composição dos vetores envolvidos. A diversidade cultural é uma categoria da ética, estética ou etnológica comparativas.

CONCLUSÃO

O processo de globalização coloca ainda mais em evidência o multiculturalismo, e, com ele, a multiplicidade religiosa. O que podemos ver no Brasil é que, nos embates entre as mais variadas formas de credo religioso, os grupos com maior inserção nos trâmites do poder estatal são capazes de excluir, apagar e, em alguns casos,

criminalizar as práticas religiosas que não conseguem, junto ao espaço público, traçar estratégias de participação e efetivação de suas crenças.

Assim, as mutações pelas quais passa o fenômeno religioso e político no Brasil apresentam um cenário extremamente complexo e exigem a superação das perspectivas interpretativas antagônicas, que separam os estudos de religião e política.

Por fim, a prática da alteridade requer maturidade. Ser capaz de se colocar no lugar do outro em uma interação estabelecida pelo diálogo e pela valorização das diferenças não é tarefa que se realize de um dia para outro.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Gilbraz. Dia das religiões e de combate à intolerância. **Observatório transdisciplinar das religiões no Recife**. 22 jan. 2016. Disponível em: <http://www.unicap.br/observatorio2/?p=2503>. Acesso em 08 fev. 2018.

ARAGÃO, Gilbraz. Aniversário do fórum diálogos. **Fóruns diálogo na ALEPE**. *Slid share*, 14 nov. 2016b. Governo e ONGs. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/gilbraz/frum-dilogos-na-alepe>. Acesso em 06 fev. 2018.

BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

GABATZ, Celso. Religião e multiculturalismo: o diálogo como categoria central na teologia contemporânea. **Revista de Cultura Teológica**. Ano XXIII, nº86, Jul/Dez 2015. p.231-250. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/10859/V/23>. Acesso em: 19 out. 2017.

MENDONÇA, A. Gouvêa. De novo o sagrado selvagem: variações. **Estudos de Religião**, Ano XXI, n. 32, 22-33, jan/jun 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/203>. Acesso em: 23 out. 2018.